

[Handwritten signature]
[Handwritten text]
[Handwritten initials]

AUTO DE INDEMNIZAÇÃO AUTÓNOMA

AC 13/05

Zona de Intervenção da CacémPolis, S.A.

Expropriações

Parcela n.º 29.C

Página 1 de 5




Entre

Primeira Outorgante: CacémPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com sede na Rua Nova do Zambujal, n.º 9, 1º Piso, no Cacém, com o capital social de Euros 15.625.000, pessoa colectiva n.º 505077892, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o n.º 16810, adiante designada por Primeira Outorgante ou por CacémPolis, S.A., neste acto representada por **Prof. Doutor Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara e Eng. Paulo Jorge Martins da Cunha Neves**, na qualidade de Vogais do Conselho de Administração, com poderes para o acto;

e

Segundos Outorgantes: Manuel António Rocha de Castro, portador do Bilhete de Identidade número 5776576, emitido em 12/09/2000 pelo Arquivo de Identificação Civil de Lisboa, contribuinte fiscal número 121996719; casado com **Maria de Jesus Valério Rocha Castro**, portadora do Bilhete de Identidade número 6557085, emitido em 28/06/2000 pelo Arquivo de Identificação Civil de Lisboa, contribuinte fiscal número 121996700; residentes na Rua D. Domingos Jardo, n.º 37, 2735 Cacém, 2735-073 Cacém;

Considerando que:

- A) Em 20/12/2000, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a Câmara Municipal de Sintra aprovaram o Plano Estratégico do Cacém, que prevê um conjunto de acções a implementar, no âmbito da intervenção do Programa Polis no Cacém;
- B) A Assembleia Municipal de Sintra, em 18/10/2002, aprovou o Plano de Pormenor da Área Central Cacém, da zona de intervenção da CacémPolis, elaborado e aprovado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, o qual foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2003, publicada em Diário da República – I Série-B, de 26 de Março de 2003;



Handwritten signature and initials in blue ink, possibly reading 'Agualva-Cacém' and 'Lei'.

- C) Para execução do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, é necessário expropriar a parcela 29, identificada no extracto da Planta das Expropriações em anexo;
- D) O Conselho de Administração da CacémPolis, no uso das prerrogativas conferidas no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 43/2001, de 9 de Fevereiro, em reunião de 27/01/2004, deliberou nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro e do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, requerer a declaração de utilidade pública das expropriações necessárias à execução do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, entre elas a parcela 29;
- E) Foi declarada a utilidade pública, com carácter de urgência, desta expropriação por Despacho n.º 15163/2004 (2ª Série), de 05/07/2004, do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado em Diário da República, II Série, n.º 176, de 28 de Julho de 2004;
- F) O Conselho de Administração da CacémPolis, S.A., em reunião de 30 de Junho de 2005, aprovou os termos constantes do presente Auto;

é celebrado e reciprocamente aceite o presente Auto, que se rege pelos termos e condições constantes nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Os Segundos Outorgantes celebraram um contrato de arrendamento comercial relativo a um espaço, que é parte do prédio urbano sito na Rua Elias Garcia, n.º 30 a 38, 2735-254 Cacém, identificado no extracto da Planta de Expropriações em anexo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Agualva-Cacém sob o número 1190/20050112, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 3, que afectou ao funcionamento de um cabeleireiro.

Cláusula Segunda

Pela cessação do contrato de arrendamento, relativo ao espaço comercial objecto do presente Auto, a Primeira Outorgante paga aos Segundos Outorgantes o montante de Euros 78.869,73 (setenta e oito mil oitocentos e sessenta e nove euros e setenta e três

cêntimos), que corresponde à totalidade da indemnização, acordada entre as partes, pelos prejuízos resultantes da expropriação.

Cláusula Terceira

Na presente data a Primeira Outorgante paga aos Segundos Outorgantes a quantia de Euros 78.869,73 (setenta e oito mil oitocentos e sessenta e nove euros e setenta e três cêntimos), dando estes, com a assinatura do presente Auto, quitação bastante;

Cláusula Quarta

1. A Primeira Outorgante compromete-se a reservar um espaço comercial para realojamento definitivo da actividade dos Segundos Outorgantes, situado no denominado Edifício da Nova Baixa do Cacém, Parcela 18 do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, com uma área aproximada de 100 metros quadrados.
2. A Primeira Outorgante compromete-se a vender o espaço, referido no número anterior, aos Segundos Outorgantes pelo valor de Euros 1.437,50 (mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) por metro quadrado;
3. A data previsível para a disponibilização do espaço referido no número anterior é o primeiro semestre de 2007.

Feito no Cacém, aos 30 dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco, em dois exemplares, ficando um com a CacémPolis, S.A. e outro com os Segundos Outorgantes.

Pela CacémPolis, S.A.

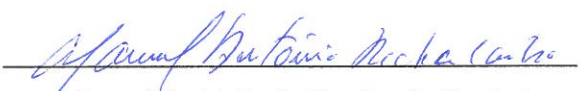


(Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara)

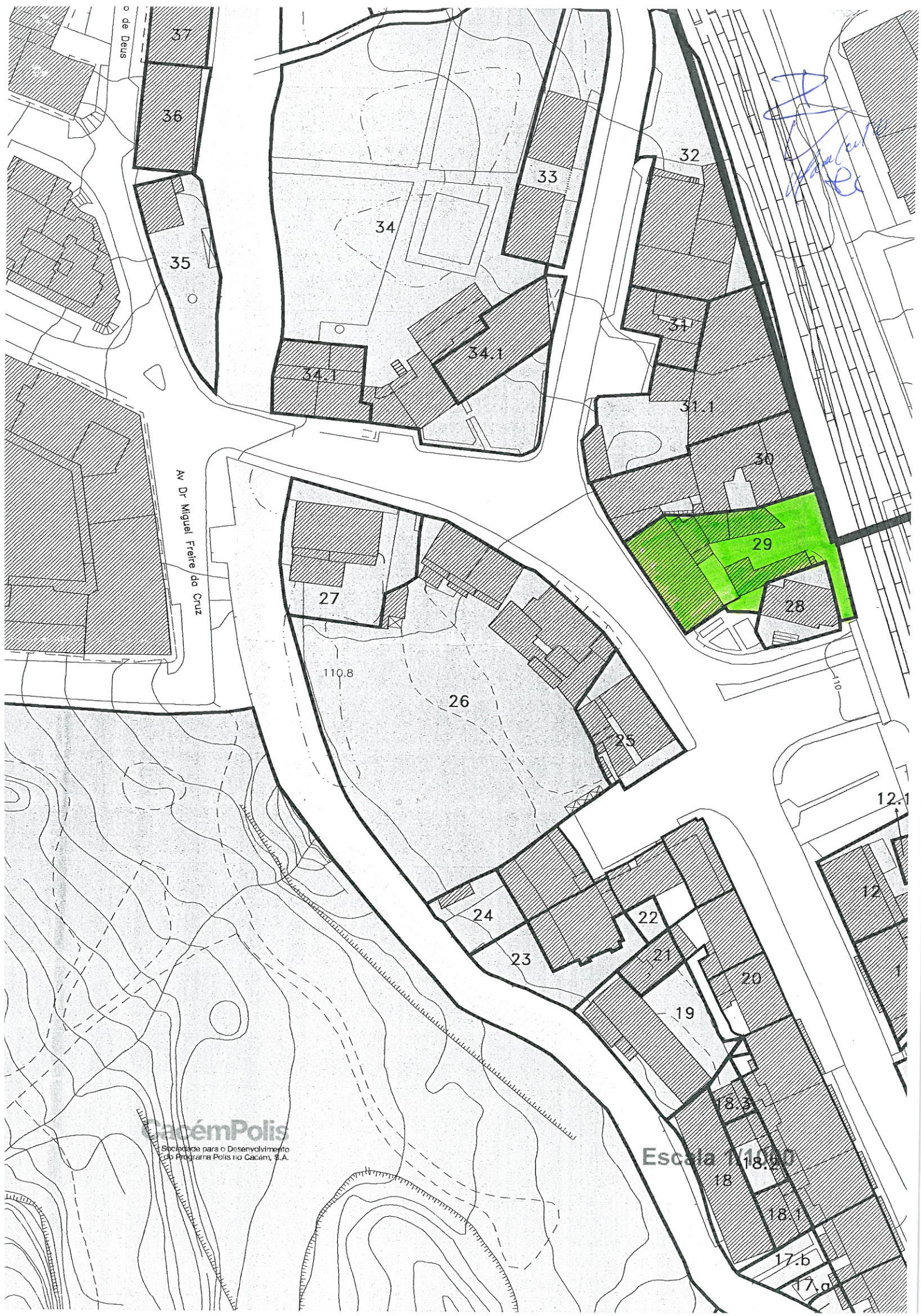



(Paulo Jorge Martins da Cunha Neves)

Pelos Segundos Outorgantes


(Manuel António da Rocha de Castro)


(Maria de Jesus Valério Rocha Castro)



o de Deus

37

36

35

34

33

32

31

31.1

30

29

28

27

26

110.8

25

24

23

22

21

20

19

18.3

18

18.1

17.6

17.0

12.1

12

1

CacémPolis
Sociedade para o Desenvolvimento
do Programa Polis no Cacém, S.A.

Escala 1/18,000